



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REDES URBANAS E MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA: ATORES, NORMAS E FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Fabio Betioli Contel (USP) - fbcontel@usp.br

Geógrafo, Professor do Departamento de Geografia da FFLCH/USP

Introdução

O tema das finanças, em sua relação com o espaço geográfico, vem chamando a atenção dos geógrafos desde ao menos a década de 1950. Foi em 1955 que Jean Labasse publicou obra seminal sobre o assunto, intitulada *Les Capitaux et la région. Etude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise*. O livro se torna uma referência para os estudos geográficos das finanças, mas também para a geografia urbana francesa. Junto com as obras de Pierre George (1952), Michel Rochefort (1960) e Raymond Dugrand (1963), o livro de Labasse vai introduzir em definitivo o conceito de “rede urbana” nos estudos geográficos, e permite um “salto epistemológico” na geografia humana francesa, como reconheceu o próprio Max Sorre (SORRE, 1955). Labasse mostra em sua obra que nas redes urbanas “a circulação de capitais se organiza num sentido único, em detrimento das províncias e em favor das metrópoles, em um movimento aparentemente irreversível” (LABASSE, 1955, p.26).

Além de ter aprimorado sua análise sobre o fenômeno das finanças em seu *L'Espace Financier* (1974), Jean Labasse foi sucedido por uma série de discussões na Europa e nos Estados Unidos, que procuraram estabelecer os parâmetros teóricos para o entendimento do atual “capitalismo com ênfase nas finanças”, como qualificou François Chesnais (1988).

O presente texto por objetivo principal estabelecer alguns parâmetros (sobretudo teóricos, mas também empíricos) para a análise do fenômeno financeiro, em sua relação com a rede urbana mundial e a rede urbana brasileira. Para alcançar este objetivo, pareceu-nos interessante identificar quais são os principais atores (sobretudo as instituições financeiras, globais e nacionais), e a partir desta identificação, definir ainda: quais os principais *sistemas técnicos* por elas utilizados, e as *localizações* preferenciais destas atividades financeiras (no mundo e no território brasileiro). Esta proposta metodológica, de definição dos “atores”, “normas” e “objetos técnicos” ligados aos circuitos financeiros procura também operacionalizar alguns dos conceitos e propostas teóricas do geógrafo Milton Santos (1994, 1996).

1. A mundialização recente das finanças: aspectos técnicos, normativos e novos atores

A partir da década de 1970, concomitantemente ao surgimento de novos atores (e de novos acordos para a regulação das transações financeiras internacionais), é também alterada a

base material, a partir da qual agem as instituições e os atores financeiros (WARF, 1987; 2006). Como nota Richard O'Brien (1992, p. 8) , houve uma verdadeira “computadorização da finança”, já que as novas “tecnologias da informação” alteram a própria estrutura do mercado financeiro, tornando-o cada vez mais poderoso, ubíquo, veloz e instável (O'BRIEN e KEITH, 2009). Ainda que a tese de O'Brien do “fim da geografia” deva ser amplamente refutada (GOTTMANN, 1993; AGNES, 2000), sua análise das “tecnologias da informação” e da “desregulamentação financeira” permanecem como indicações importantes para o entendimento da atual mundialização financeira.

Peter Dicken (2007, p. 379) propõe que se formou a partir da década de 1970 uma verdadeira “indústria de serviços financeiros”, dada a importância que ganha a atividade financeira, a partir da ação de diferentes tipos de instituições: Estados nacionais (através de seus Bancos Centrais), bancos comerciais, bancos de investimento, companhias de seguros, empresas de consultoria e contabilidade financeiras, corretoras de valores mobiliários, companhias de cartão de crédito, fundos de pensão etc.

Ron Martin (1999) – um dos mais destacados estudiosos da “geografia das finanças” – mostra algumas das principais características destas mudanças técnicas, em sua relação com os atores e processos financeiros, lembrando que esta “revolução na comunicação” e no “processamento de informações” (computação, micro-eletrônica, telemática) teve três principais reflexos no mundo das finanças:

1. Foram possibilitadas novas formas de condução das transações financeiras;
2. A moeda e os produtos financeiros tomaram novas formas, mais diversificadas, complexas, “ágeis”;
3. Também as “instituições financeiras” assumiram uma nova “natureza” (MARTIN, 1999, p.13)

No que diz respeito ao primeiro e segundo itens destacados por Martin, pode-se afirmar que as mudanças introduzidas pelas tecnologias da informação incrementaram o processo de “desmaterialização da moeda”, que vêm ocorrendo desde os albores da utilização da moeda como meio de pagamento (BRUNHOFF, 1978; AGLIETTA e ORLÉAN, [1982] 1990), sendo que “a materialidade da moeda é, ao invés, cada vez menos importante que sua habilidade em transportar informação entre atores sociais através do tempo e sobre o espaço” (LEYSHON, 1997, p. 386). Para Ron Martin (1999, p. 13), as manifestações desta “desmaterialização” poderiam ser notadas pelas novas formas assumidas pela moeda no mundo contemporâneo:

- a. Dinheiro virtual, eletrônico ou desmaterializado;

- b. “*smart cards*”;
- c. Telefone-*banking*;
- d. Crédito/débito diretos;
- e. Transferência eletrônica de fundos;
- f. Comércio por tela de computador (*screen-based trade*);
- g. Arbitragem computadorizada (MARTIN, 1999, p.13).

Ainda com relação às conseqüências da introdução das técnicas da informação nos processos financeiros, é preciso lembrar que este fenômeno gerou uma proliferação de novos produtos financeiros e monetários, que causaram uma instabilidade muito maior do sistema financeiro mundial (WARF, 1987; BRUNHOFF, 1998), tornando os territórios mais “vulneráveis” (ARROYO, 2006) e também “instáveis” (SILVEIRA, 2002).

Dentre os principais novos tipos de “produtos financeiros”, típicos do período atual, poderiam ser lembrados os “instrumentos securitizados” (como as operações de “*hedge*”) e os chamados “derivativos” (“opções” e “*swaps*”, principalmente). Por serem produtos que cada vez possuem menor contrapartida na chamada “economia real”, contribuem ao mesmo tempo para “autonomização da riqueza financeira” (CHESNAIS, 1998; GUTTMANN, 2008; BRAGA, 2009), assim como para a criação de uma “zona obscura de operações bancárias” (“*global shadow system*”), de difícil regulação, e bastante propícia a criar crises financeiras recorrentes (BOYER, 1999; LAULAJAINEN, 1999; LEE, CLARK, POLLARD e LEYSHON, 2009). Este novo quadro – material, normativo e de ações concretas das empresas financeiras – é que permite explicar em grande parte a mais recente crise financeira norte-americana e européia (em 2008), como notam os geógrafos Shaun French, Andrew Leyshon e Nigel Thrift (2009), além de Immanuel Wallerstein (2010).

É neste contexto de maior mobilidade da moeda que novas localizações surgem, como pontos privilegiados de manipulação da “moeda informacional” ou “*cyber-moeda*” (GOLDFINGER, 1986, p. 269), e também novos atores são criados. Esta verdadeira mudança na “base institucional do sistema financeiro” conta agora com atores como:

- a. Grandes investidores individuais;
- b. Fundos “soberanos”;
- c. Fundos de pensão;
- d. Fundos de seguros;
- e. Fundos ‘*equity*’;
- f. Firmas de negócios financeiros de varejo (“*retail-store financial business*”) (MARTIN, 1999, p.14).

Possivelmente uma das formas mais consolidadas de se realizar estudos sobre a rede urbana mundial seja a partir da definição das principais “praças financeiras” que a compõe, como há tempos sugeriu Jean Labasse (1974), e como recentemente vem trabalhando a socióloga Saskia Sassen (1993; 1998; 2005). Para Labasse, as “grandes praças financeiras” do mundo se definiriam tanto por um “histórico” de polarização econômica, assim como pela presença de “sedes de empresas” (financeiras e não-financeiras), “bolsas de comércio” e “bolsas de valor” (LABASSE, 1974, p. 218 e ss.). Para Labasse (*op. cit.*, p. 246) existiria a seguinte hierarquia em relação aos 10 principais “centros transacionais do mundo” (em movimentação de dólares), no ano de 1973: 1. Nova York (2.863); 2. Londres (1.532); 3. Paris (1.192); 4. Frankfurt (374); 5. Tokio (266); 6. Toronto (213); 7. Los Angeles (166); 8. Montreal (151); 9. São Francisco (115); 10. Chicago (106).

Na década de 1980, Charles Goldfinger (1986, p. 174 e ss.) definiria Nova York e Londres como os dois principais “pólos da geofinança” global, com primazia da primeira praça financeira, por ser o centro do próprio “sistema-dólar”, e pela maior força econômica e diversidade dos atores financeiros que abrigava. Após estes dois centros, viria Tóquio, uma potência financeira, porém “subordinada” aos centros financeiros do ocidente (GOLDFINGER, *op. cit.*, p. 202). Por fim, “na esteira desta tríade”, poderíamos considerar como praças financeiras globais Frankfurt e Zurich, na Europa.

Recentemente, Saskia Sassen (1993) se notabilizou por propor o conceito de “cidades globais”, que são justamente aquelas localidades que se destacam na rede urbana mundial, por sediar as principais atividades econômicas globais. Seriam “cidades globais” Nova York, Londres e Tóquio, pelas seguintes razões: 1. são pontos internacionais para grandes investimentos globais; 2. nelas estão instalados escritórios especializados em serviços de consultoria financeira global (SASSEN, 1993, p.188); 3. são “centros mundiais de comando” das atividades financeiras; (*op. cit.*, p. 189); e finalmente 4. são “campos de produção e praças de mercado para o capital global”(idem, p.192).

Partindo destas considerações, podemos nos perguntar: como se estrutura a atual “rede urbana global” (BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR, 2000) a partir da localização das atividades financeiras? Que elementos e indicadores podem nos servir para fazer uma reconstituição da evolução recente desta hierarquia das praças financeiras? Para operacionalizar pesquisas neste sentido, podemos definir a importância das principais praças financeiras a partir da identificação e quantificação dos seguintes atores nelas presentes:

- a. Sedes dos principais organismos multilaterais financeiros (FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, *Bank for International Settlement* – BIS, etc.);
- b. Sedes dos principais bancos comerciais globais;
- c. Sedes dos principais bancos de investimentos globais;
- d. Empresas de seguro de alcance global;
- e. Bolsas de comércio e de valores com dimensão internacional;
- f. Empresas de cartão de crédito de alcance global;
- g. Sedes de câmeras de compensação e/ou de redes de mensagerias globais (como são a *SWIFT* e a *CHIPS*) (GOLDFINGER, 1986).

Estes elementos teóricos, trabalhados junto dos indicadores empíricos propostos, podem nos dar uma radiografia bastante precisa dos principais “nós” da rede urbana global, no que diz respeito ao comando da mundialização financeira. Um segundo ponto, ainda relativo à rede urbana global, seria a definição dos pontos da superfície terrestre denominados “centros financeiros *off-shore*”, que são em grande parte uma “resposta geográfica” ao aumento da regulação das finanças nos centros “*on-shore*” tradicionais (HUDSON, 1999, p. 140).

Conforme nota a bibliografia sobre a evolução recente do sistema financeiro mundial, ainda que a organização dos fluxos globais de dinheiro dependa de autoridades nacionais e da “soberania monetária” (COHEN, 2000) das nações, alguns territórios se destacam por abrigar parte significativa dos capitais mais voláteis e de caráter eminentemente especulativo. Estes territórios são chamados de “paraísos fiscais” ou “centros bancários *off-shore*” (SASSEN, 1998, p. 41), que acabam por aumentar ainda mais a competição entre os atores financeiros, na atração de fluxos globais de ativos mobiliários (FRENCH, LEYSHON e THRIFT, 2009).ⁱ

Para Olivier Dollfus (1992, p. 100), os paraísos fiscais seriam cerca de 60, no início da década de 1990, e se caracterizavam fundamentalmente como “Estados ou territórios de pequenas dimensões que adquiriram recentemente o estatuto de Estado ou que desfrutam de direitos particulares há muito tempo”, condição política que permite o oferecimento de enormes vantagens ligadas aos “conteúdos normativos” de seus territórios: legislação fiscal e tributária (tipos de impostos e taxas), cobrados para permitir a circulação financeira. Para Dollfus, os “paraísos fiscais” se localizam geralmente próximos a grandes centros financeiros de países centrais, como é o caso das Ilhas *Cayman*, Bahamas, Bermudas etc. Eles servem tanto as atividades “regulares” de grandes empresas – para realizarem

negócios lícitos, mas nem sempre “legítimos” – como para o “gerenciamento secreto de dinheiro de droga, de máfias, de contrabandistas de armas” etc. (DOLLFUS, 1992, p. 100). Como lembra ainda a geógrafa Lia Osório Machado (1996, p. 82), os paraísos fiscais têm seus “regulamentos internos” relaxados e modificados, e são lugares em potencial para a atração de fluxos de capitais de origem duvidosa e “de curto prazo”.

Também conhecidos como “centros financeiros *off-shore*”, estas áreas do globo terrestre podem assumir várias formas, mas todas têm como pilar principal a disponibilidade de grandes “facilidades bancárias” (HUDSON, 1999), assim como oferta de serviços financeiros com baixos custos, enorme desregulamentação e confidencialidade das atividades desenvolvidas (COBB, 1998, p. 8). Apesar de serem – via de regra –, separados “fisicamente” de grandes áreas continentais (situação que permite vigorar neles conteúdos normativos mais “frouxos”), não é menos importante pra o funcionamento destes lugares a existência de densa rede de transportes aéreos e de circulação de informações (COBB, op. cit.).ⁱⁱ

Recentemente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) vem fazendo um esforço significativo para “normatizar” estas áreas, coibindo práticas financeiras ilícitas. A OECD divide estas áreas em dois principais tipos: os “paraísos fiscais” e os “centros financeiros”, como mostra a tabela abaixo:

Lista dos Paraísos Fiscais e Centros Financeiros fora dos padrões normativos da OECD (2009)

Paraísos fiscais			
Países	Ano de início da implementação das normas	Países	Ano de início da implementação das normas
Andorra	2009	Nauru	2003
Anguila	2002	Niue	2002
Antigua e Barbados	2002	Panamá	2002
Bahamas	2002	St. Kitts and Nevis	2002
Belize	2002	St. Lucia	2002
Cook Islands	2002	St. Vicent et Granadines	2002
Dominica	2002	Samoa	2002
Granada	2002	Turks and Caicos Islands	2002
Libéria	2007	Vanuatu	2003
Liechtenstein	2009		
Ilhas Marshall	2007		
Monserrat	2002		
Centros financeiros			
Brunei	2009	Malásia	2009
Chile	2009	Filipinas	2009
Costa Rica	2009	Cingapura	2009
Guatemala	2009	Uruguay	2009

Fonte: OECD (2010) disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/50/0/43606256.pdf>

Toda esta “autonomia relativa” das finanças – que é também em grande parte “potencial” – só ganha concretude a partir de dados objetivos que fazem parte da constituição íntima de cada território, isto é, quando passam a fazer parte de “espaços nacionais” da economia global. Pode-se dizer, assim, que os “circuitos financeiros globais” (GARRETSEN, KITSON e MARTIN, 1999) são também dependentes de uma base técnica para fazer circular seus ativos, assim como são influenciados por todas as normas jurídicas e macro-econômicas que compõem cada território nacional. Da mesma forma, estes fluxos financeiros – aparentemente “*footloose*” – dependem ainda do padrão de funcionamento das redes urbanas de cada país, já que elas são a estrutura que organizam as populações e a riqueza das nações, do ponto de vista geográfico.

Neste sentido, não parece possível realizar uma discussão sobre os circuitos espaciais das finanças sem realizarmos – concomitantemente – um diagnóstico circunstanciado dos conteúdos técnicos, normativos, assim como das densidades populacionais e de riqueza do território brasileiro. São estes conteúdos que permitem (ou não) que os vetores financeiros externos se instalem. Em uma palavra, os *ritmos* e o *alcance* da ação dos agentes financeiros globais dependem da formação socioespacial nacional, de suas formas e de suas normas. Como operacionalizar esta discussão?

2. A relação recente da mundialização financeira com o território brasileiro

Talvez o principal ator a ser destacado, para o início do entendimento desta relação da “mundialização financeira” com o território brasileiro seja o Estado nacional. É o Estado que define (principalmente) os conteúdos normativos, e que se responsabiliza por dotar os territórios dos principais sistemas técnicos, que permitem a circulação e a acumulação privada da riqueza financeira. É também o Estado que define a parcela das finanças que será drenada para seu uso, através do sistema tributário e fiscal; é ele que atua ainda como agente financeiro, seja através de políticas de desenvolvimento (globais e específicas), de medidas de controle “macroeconômico” da produção, ou através de seus bancos (comerciais e de desenvolvimento) (GIAMBIAGGI e ALÉM, 1999; SANTOS, 1999).

Convencionou-se dar o nome de “sistema financeiro nacional” a este conjunto de *normas*, de *instituições* e de *atores financeiros*, instalados num determinado território. Como mostra o sítio do Banco Central do Brasil, o “sistema financeiro nacional” é composto por três principais tipos de atores /instituições:

1. Órgãos normativos (dos quais o Conselho Monetário Nacional é o principal);

2. Entidades supervisoras (das quais o Banco Central do Brasil é a principal); e
3. Operadores – todas aquelas instituições que atuam no mercado financeiro propriamente dito: bancos comerciais (públicos e privados), bancos de investimento, cooperativas de crédito, “financeiras”, companhias de seguro, bolsas de mercadorias, bolsa de valores, entidades de previdência privada, financeiras etc. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Estabelecidos estes parâmetros iniciais da discussão, é possível jogar luz num processo ocorrido recentemente no país, e que alterou expressivamente a rede urbana nacional, e provocou uma enorme “financeirização do território”, como notaram Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001). Este processo é o da concentração bancária que ocorreu no Brasil – e na América Latina – a partir de meados da década de 1990, cuja análise já fora realizada por boa quantidade de trabalhos acadêmicos (MINELLA, 2001; VASCONCELOS, STRACHMAN e FICIDJI, 2003; CORRÊA e GIRÓN, 2006; ARIENTI, 2007). Esta concentração, como notam especialistas do tema (FREITAS e PRATES, 2000), foi quase sinônimo de “privatização” e/ou de “desnacionalização” dos sistemas bancários nacionais, no continente sul-americano.

O Brasil não fugiu a este processo. Neste contexto, a privatização/desnacionalização dos bancos públicos estaduais pode ser considerada tanto resultado de alterações normativas do sistema financeiro nacional, quanto uma mudança expressiva implementada pelos atores globais no sistema bancário brasileiro. Passamos de uma “hegemonia financeira” baseada em atores estatais, para uma hegemonia baseada em atores privados, tanto nacionais quanto estrangeiros (MINELLA, 2001; MINELLA e FERREIRA, 2008; DIAS; 2006).

Importa destacar esta mudança no que Rudolf Hilferding ([1909]1985, p. 293 e ss.) denominara de “luta pelo território econômico” por parte dos bancos, pois ela é prenhe de conseqüências para a re-organização que se processa no espaço financeiro nacional. Decorre desta maior competitividade instalada dois principais processos, que desejamos destacar nesta parte do texto: 1. a alteração na hierarquia da rede urbana nacional; e 2. a enorme capilaridade dos sistemas técnicos ligados à prestação de serviços bancários.

2.1. Privatização dos bancos estaduais e reorganização da rede urbana nacional

Um primeiro processo que decorre da privatização dos bancos estaduais é a perda do controle de alguns estados da federação de seus respectivos instrumentos de intermediação

financeira, assim como a perda de “capacidade de comando” que a capital destes estados cumpria, em função de abrigar a sede de uma empresa bancária.

Dos 24 bancos estaduais existentes até 1994, apenas dois permanecem sob controle de seus respectivos governos (Banco do Estado do Sergipe – BANESE, e Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL). Todos os outros bancos tiveram três principais destinos: 1. foram fechados; 2. foram privatizados; 3. ou foram federalizados (DIAS, 2006; CONTEL, 2008; DIAS e LENZI, 2009). Retomando o raciocínio leninista, parece ter se instalado no Brasil a partir de então um verdadeiro “terrorismo dos bancos” de maior dimensão, consubstanciado na “velha luta entre o pequeno e o grande capital” (LÊNIN, [1917] 1986, p. 608), com resultados muito mais benéficos aos grandes capitais privados. As principais conseqüências desta despatrimonialização foram:

1. forte concentração das novas sedes sociais (os *headquarters* dos bancos) na cidade de São Paulo (CORRÊA, 1989; CORDEIRO, 1991; DIAS, 1996; SPÓSITO e MEDEIROS, 2005, p. 126);
2. diminuição da capacidade de comando das capitais de estados mais “periféricos” (nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) de suas finanças, já que houve distanciamento físico e funcional das sedes, em relação às suas respectivas áreas de atuação;
3. diminuição da capacidade destas mesmas cidades (capitais de estado) de verem instaladas em seus territórios empresas intensivas em “informação” (TÖRNQVIST, 1968), como são as consultorias financeiras, empresas de publicidade, e demais atividades correlatas às necessidades das sedes dos bancos.

Pode-se dizer, portanto, que houve um re-arranjo da hierarquia urbana brasileira ocorrida a partir do ano de 1994, quando houve enorme mudança de comando no sistema bancário nacional (BAER e NAZMI, 2000; CARVALHO e OLIVEIRA, 2002). Os principais estudos que serviram de base para esta afirmação são de dois geógrafos brasileiros: o professor Roberto Lobato Corrêa ([1989] 2004) e a professora Leila Dias, cuja obra *Réseaux d'Information et réseau urbain au Brésil* (DIAS, 1995) mostra a evolução da rede urbana brasileira em termos de seus fluxos financeiros e de informação. Recentemente, Peter Taylor e Eliana Rossi (2007) asseveram ainda que estes fluxos de informações formaram no país verdadeiras “*gateway cities*”, que servem de *relais* do sistema bancário nacional com o global, intensificando uma internacionalização deste sistema que já ocorria desde a década de 1970 (BAER, 1986).

Especialmente importante para o funcionamento da rede urbana nacional, portanto, é a presença das sedes dos bancos (*headquarters*), como notam, entre outros, Jean Gottmann (1961) e Saskia Sassen (1993) ⁱⁱⁱ. Com a privatização dos bancos públicos estaduais, houve uma enorme perda de poder financeiro por parte das capitais de estados “periféricos” do território brasileiro. Esta mudança na hierarquia da rede urbana impede a manutenção – fora da “região concentrada” do território – de um “regionalismo financeiro”, como propôs Jean Labasse em suas obras (LABASSE, 1955; 1974). Esta impossibilidade de manter um “regionalismo financeiro” por parte dos estados “periféricos” da Federação pode ser também aferida pela diminuição dos *depósitos* e os *créditos* (empréstimos) realizados em cada estado, assim como pela diminuição do número das *agências bancárias*, de cada rede bancária regional destes estados “fora” da região concentrada (CONTEL, 2007).

Num estudo publicado em 2006, Adriana Amado nos mostra que a “concentração bancária e financeira”, ocorrida principalmente após a privatização dos bancos estaduais, “necessariamente traz efeitos perversos para as economias periféricas, ao reforçar as restrições de liquidez que essas economias enfrentam” (AMADO, 2006, p. 163). Este processo é notado também por Vanessa Correa (2006, p. 208), que analisou tanto as movimentações financeiras, quanto a distribuição das agências bancárias no território. Ela nos lembra que “a menor participação dos bancos públicos estaduais afetou o resultado da distribuição do movimento financeiro” no território brasileiro, pesando negativamente para os estados do Norte e do Nordeste do país (principalmente).

Este fenômeno é, na verdade, um fenômeno mundial. Mesmo em países que possuem uma estrutura bancária bastante regionalizada, como é o caso dos Estados Unidos (WARF, 1995), e da Itália (ALESSANDRINI, PRESBITERO e ZAZZARO, 2009), houve – também nas últimas décadas – um poderoso movimento de concentração bancária, com grande diminuição do número de bancos comerciais, e centralização do comando da economia destes países em algumas metrópoles específicas destes territórios.

Allessandrini, Presbitero e Zazzaro (2009, p. 178 e ss.) são ainda enfáticos ao lembrar que a centralização do comando das atividades financeiras num território tem dois principais “prejudicados”:

1. as regiões periféricas deste território; e
2. as pequenas empresas destas regiões periféricas.

Segundo o argumento dos autores, a centralização do comando dos bancos aumenta o que chamam de “distância operacional” do prestador com o tomador do empréstimo (que é a

distância entre a “sede” e as “filiais”, concessionárias dos empréstimos). Esta distância dificulta a chegada de informações sobre a empresa que pleiteia o empréstimo, assim como proíbe (pelos custos envolvidos) o transporte de gerentes especializados para a análise local da “saúde financeira” do emprestador. O aumento desta “distância funcional”, portanto, repercute especial e negativamente nos pequenos negócios das áreas periféricas de qualquer país.^{iv}

2.2. A nova topologia bancária e a capilaridade do crédito no cotidiano das populações urbanas

Conforme já destacado também por Jean Labasse (1955), em seu estudo clássico sobre as finanças da cidade e da região de Lyon em meados do século passado, as movimentações bancárias são bastante dependentes das infra-estruturas técnicas, que servem de base para a ação dos intermediadores das finanças. No caso estudado por Labasse, o principal sistema técnico que delimitava a distribuição das agências bancárias eram as *redes ferroviárias*. A importância das redes ferroviárias se manifestava de duas formas principais: 1 tanto para o aumento do raio de ação dos bancos (que dependia da existência da rede); 2. quanto para o funcionamento dos *guichets* (postos de prestação de serviços bancários), que eram instalados nas próprias estações ferroviárias. O que dizer da atual topologia bancária no território brasileiro?

Pode-se dizer, como uma primeira aproximação teórica ao problema levantado, que a distribuição dos atores financeiros depende hoje da difusão do meio técnico-científico-informacional pelo espaço geográfico. A difusão deste meio é que permitiu também um aumento enorme da eficiência da ação dos atores financeiros em nível global, e no território brasileiro. Dispondo desde a década de 1970 de uma rede-suporte de telecomunicações (e de transmissão de dados) extremamente moderna (DIAS, 1995), os bancos brasileiros puderam construir uma sólida rede de prestação de serviços financeiros em boa parte do território nacional, respeitando alguns dados de ordem técnica, mas talvez principalmente de natureza normativa (ALEXANDRE, LIMA e CANUTO, 2006), para a prestação destes serviços.

A partir da década de 1990, porém, esta topologia, eminentemente fundada em agências bancárias, é bastante alterada: tanto pela disposição de novos sistemas técnicos informacionais, quanto pelas novas legislações, mais flexíveis em relação à prestação de serviços bancários. Assim, são instalados no território brasileiro novos “fixos geográficos”, capazes de exercer as funções bancárias mais básicas, “fora” do ambiente das agências

tradicionais. O principal fixo geográfico que permitiu uma enorme capilaridade dos serviços bancários é o chamado “correspondente bancário”, presente principalmente em pequenos comércios, casas lotéricas e em agências dos Correios no território (CONTEL, 2007).

Os correspondentes bancários podem ser considerados o principal instrumento de “financeirização do território” (SANTOS e SILVEIRA, 2001) brasileiro, recentemente. E somado à presença destes novos fixos, vieram se instalar ainda uma pletera de novos sistemas técnicos, especialmente voltados para a movimentação financeira no território: os terminais de atendimento automático (*ATM's*, ou “caixas eletrônicos”); os sistemas de *internet banking*; os *call-centers*; e os terminais de movimentação de cartões de crédito e/ou débito. Vale lembrar que os próprios cartões de crédito (ou débito) podem ser considerados também como “objetos técnicos”, ligados à estes macrossistemas técnicos financeiros do território nacional. Para termos uma idéia inicial desta nova realidade da topologia bancária nacional, preparamos a tabela abaixo, que mostra a evolução recente de alguns dos indicadores descritos acima:

Brasil: Evolução recente da topologia bancária brasileira – indicadores selecionados (2000-2009)

	2000	2004	2009
Número de bancos	192	164	158
Número de agências bancárias	16.396	17.260	20.046
Número de Correspondentes bancários	13.731	46.035	149.507
Número de contas bancárias (milhões)	63,7	90,2	133,6
Internet banking (pessoa física/milhões de transações)	370	2.045	4.579
Pontos de venda no comércio (POS) (milhões de transações) ^v	314	1.002	2.038
Número de cartões de crédito (milhões)	28	53	136
Transações com cartões de crédito (em R\$ bilhões)	50,4	101,3	256

Fonte: FEBRABAN. O setor bancário em números. 2010.

Além de um aumento pronunciado de todas as cifras para o ano de 2009, parece ocorrer um movimento duplo, no que diz respeito a topologia bancária nacional: por um lado, estão se ampliando os meios “materiais” pelos quais se prestam os serviços bancários (como são as agências, os POS's, os próprios cartões de crédito), impedindo-nos de afirmar que nos encaminharíamos para uma sociedade “de bancos sem agências” (PRENDERGARST e MARR, 1994). Por outro lado, é possível ver que se ampliam também os “sistemas informacionais” – ou mais “desmaterializados” – de circulação do capital financeiro, como as transações por “*internet banking*”. Parece correto afirmar, em relação as atividades bancárias – como mostram Serge Alecian, Renaud Fabre e Jean Zuccarelli (1993, p. 149) – que mesmo no período atual, a atividade bancária permanece como uma “indústria de

proximidade”, e necessita de contatos pessoais para seu funcionamento. Daí a necessidade de expansão de “novas estruturas de canais de distribuição” materiais (MOLS, 1999), concomitantemente à difusão dos fluxos de informações financeiras, menos tangíveis.

Ao se debruçar sobre o estudo deste processo de expansão dos serviços e das redes “financeiras”, Hindemburgo Pires (1997) nos mostra que desde meados da década de 1980, passamos de um nível “baixo” para um nível “alto” de “territorialização dos serviços bancários”. Este nível “alto” de territorialização é fruto tanto de um aumento da “automação bancária”, quanto da “dispersão das atividades bancárias”, “com a expansão do *remote banking* e crescimento do uso de servidores, da região das grandes metrópoles para as cidades de porte médio, para as empresas e residências dos clientes, através do *home banking* e da internet”(PIRES, 1997, p. 3).

Algumas considerações finais

O presente texto procurou estabelecer algumas balizas teóricas – assim como trouxe alguns elementos mais empíricos – para pensarmos as relações dos atores financeiros com as normas e os sistemas técnicos informacionais, típicos do atual período da globalização (SANTOS, 1996).

Aprofundando o entendimento dos circuitos da “mais-valia global” (SANTOS, 2000) – através da identificação das principais “praças financeiras” e “centros off-shore” financeiros – podemos estabelecer um quadro global, no sentido do estabelecimento de uma visão geográfica do fenômeno da “mundialização financeira”. Tendo este quadro mundial como “totalidade” maior, parece ser possível também entender o funcionamento atual da rede urbana brasileira, assim como analisar a topologia bancária que o território apresenta. Pode-se pensar como hipótese de trabalho que estes novos arranjos (tanto das praças financeiras globais, quanto da rede urbana nacional, e da topologia bancária brasileira) ensejam uma organização do espaço menos “horizontalizada”, já que ela serve a alguns atores hegemônicos do território brasileiro. Portanto, a radiografia desta nova topologia pode permitir, quiçá, uma explicação geográfica para o fenômeno recente do endividamento da população das classes urbanas mais pobres, processo estudado por María Laura Silveira para o caso de algumas metrópoles brasileiras (SILVEIRA, 2007; 2009), e por Robert Guttmann e Dominique Plihon (2008), para os Estados Unidos. O processo de endividamento pessoal e familiar, típico do capitalismo contemporâneo, é um dos pilares do que a geografia econômica anglo-saxã vem denominando como a nova “exclusão

financeira” (LEYSHON, 1995; DYMSKI, 2009), que pode ser também uma das formas de entender este processo.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, Michel e André Orléan (1982). *A Violência da moeda*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1990.
- AGNES, Pierre. “The ‘end of geography’ in financial services? Local embeddedness and territorialization in the interest rate swaps industry”. In *Economic Geography* Vol. 76, no. 4, 2000, pp. 347-366.
- ALECIAN, Serge, Renaud Fabre e Jean Zucarelli. “Réseaux bancaires: la course aux guichets”, In SAVY, Michel e Pierre Veltz (dirs). *Les Nouveaux espaces d’entreprise*. Paris: DATAR/Éditions de l’Aube. 1993, pp. 149-162.
- ALESSANDRINI, Pietro, Andrea Presbitero e Alberto Zazzaro. “Global banking and local markets: a national perspective”. In *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* no. 2, 2009, pp. 173-192.
- ALEXANDRE, Michel, Gilberto T. Lima e Otaviano Canuto. “Determinantes das decisões locais da atividade financeira”. In *Nova Economia* Vol. 16, no. 2, 2006, pp. 243-263.
- AMADO, Adriana M. “Impactos regionais do processo de reestruturação bancária dos anos 1990”. In GONZAGA Jr., Frederico e Marco Crocco (orgs.). *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica. 2006, pp. 147-168.
- ARIENTE, Patricia. “Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro”. In *Ensaio FEE*, Vol. 28, no. 2, 2007, pp. 577-600.
- BAER, Werner e Nader Nazmi. “Privatization and restructuring of Banks in Brazil”. In *The Quarterly Review of Economics and Finance* no. 40, 2000, pp. 3-24.
- BEAVERSTOCK, J., R. Smith e Peter Taylor. “World-city network: a new metageography?”. In *Annals of the Association of American Geographers* Vol. 90, no. 1, 2000, pp. 123-134.
- BOYER, Robert. “Dos desafíos para el siglo XXI: disciplinar las finanzas y organizar la internacionalización”. In *Revista de la CEPAL* 1999, pp. 33-51.
- BRAGA, José Carlos. “Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças”. In *Estudos Avançados* Vol. 23, no. 65. 2009, pp. 89-102.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A Moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

- _____. "Instabilidade financeira internacional". In CHESNAIS, François (coord.). *A Mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo: Editora Xamã. 1998, pp. 35-96.
- CARVALHO, Carlos E. e Giuliano C. de Oliveira. "Fragilização dos grandes bancos no início do Plano Real". In *Nova Economia*, Vol. 12, no. 1, 2002, pp. 69-84.
- CHESNAIS, François. "Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica". In CHESNAIS, François (coord.). *A Mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo: Editora Xamã. 1998, pp. 249-293.
- CONTEL, Fabio. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP (tese de doutorado). 2007.
- _____. "A evolução do sistema financeiro brasileiro: uma visão geográfica". In *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)*. Rio de Janeiro, Editora Lamparina/ANPEGE/FAPERJ. 2008, pp. 104-120.
- _____. "Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil". In *Caderno CRH* Vol. 22, no. 55. 2009, pp. 119-134.
- COBB, S. Corkill. "Global finance and the growth of offshore financial centers: the Manx experience". In *Geoforum* Vol. 29, no. 1. 1998, p. 7-21.
- COHEN, Benjamin. *The Geography of Money*. London/Ithaca: Cornell University Press. 2000.
- CORDEIRO, Helena Khon. "A circulação da informação no espaço brasileiro e o sistema bancário". In *Geografia (Rio Claro)*, Vol. 16. No. 1, 1991, pp. 23-36.
- CORREA, Eugenia e Alicia Girón (coords). *Reforma financiera en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1989). "Concentração bancária e os centros de gestão do território". In CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. pp. 61-97.
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (3ª ed.). 2005.
- CORREA, Vanessa Petrelli. "Distribuição das agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990". In GONZAGA Jr., Frederico e Marco Crocco (orgs.). *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica. 2006, pp. 169-209.
- DIAS, Leila. *Réseaux d'Information et Réseau Urbain au Brésil*. Paris. L'Harmattan. 1995.
- _____. "Porque os bancos são o melhor negócio no país? Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias". In ALBUQUERQUE, Edu (ed.). *Que país é este?* São Paulo: Editora Globo. 2005, pp. 27-62.

- DIAS, Leila e Maria H. Lenzi. "Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores". In *Caderno CRH* Vol. 22, no. 55. 2009, pp. 97-117.
- DICKEN, Peter. *Global shift. Mapping the changing contours of the world economy*. New York/London: Guilford Press (5th ed). 2007.
- DIMSKY, Gary. "The Global financial customer and the spatiality of exclusion after the 'end of geography'". In *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* no. 2, 2009, pp. 267-285.
- DOLFFUS, Olivier. "L'Espace financier et monétaire mondial". In *L'Espace Géographique* No. 2. 1993. pp. 97-102.
- DUGRAND, Raymond. *Villes et Campagnes en Bas-Languedoc. Le Réseau urbain du Bas-Languedoc Méditerranéen*. Paris: PUF, 1963.
- FREITAS, Maria Cristina e Daniela Prates. "La experiencia de apertura financiera en Argentina, Brasil y México". In *Revista de la CEPAL* no. 70, 2000, pp. 53-69.
- FRENCH, Shaun, Andrew Leyshon e Nigel Thrift. "A very geographical crisis: the making and breaking of the 2007-2008 financial crisis". In *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* no. 2, 2009, pp. 287-302.
- GARRETSEN, Harry, Michael Kitson e Ron Martin. "Editorial: Spatial circuits of global finance". In *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* no. 2, 2009, pp. 143-148.
- GEORGE, Pierre. *La Ville. Le Fait Urbain a Travers Le Monde*. Paris: PUF, 1952.
- GIAMBIAGGI, Fabio e Ana Claudia Além. *Finanças públicas. Teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1999.
- GOLDFINGER, Charles. *La Géofinance. Pour comprendre la mutation financière*. Paris: Seuil. 1986.
- GOTTMANN, Jean. *Megalopolis: The Urbanized Northeastern Seaboard of the United States*. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.
- _____. Resenha de "Global financial Integration: the end of geography, by Richard O'Brien". In *The Geographical Journal* Vol. 159, 1993, pp. 101.
- GUTTMANN, Robert. "Introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças". In *Novos Estudos Cebrap* no. 82, 2008, pp. 11-33.
- GUTTMANN, Robert e Dominique Plihon. "O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças". In *Economia e Sociedade* Vol. 17, 2008, pp. 575-610.
- HILFERDING, Rudolf (1909). *O Capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

- HUDSON, Alan. "Off-shores On-shore: new regulatory spaces and real historical places in the landscape of global Money". In MARTIN, Ron (ed.). *Money and the space economy*. New York: John Wiley and Sons. 1999, pp. 139-154.
- LABASSE, Jean. *Les Capitaux et la Région. Étude Géographique*. Paris: Librairie Armand Colin/Cahiers de la FNSP. 1955.
- _____. *L'Espace Financier. Analyse Géographique*. Paris: Armand Colin. 1974.
- LAULAJANIEN, Risto. "The regulation of international finance". In CLARK, Gordon, M. Feldman e M. Gertler (Eds.). *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford: Oxford University Press. 1999, pp. 215-229.
- LEE, Roger, Gordon Clark, Jane Pollard e Andrew Leyshon. "The remit of financial geography – before and after the crisis". In *Journal of Economic Geography* no. 9. 2009, pp. 723-747.
- LENIN, Vladimir (1917). *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. In V. I. Lenine. *Obras Escolhidas. Tomo I*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1986. pp. 578-671.
- LEYSHON, Andrew. "Geographies of Money and finance I". In *Progress in Human Geography* Vol.19, no. 4. 1995, pp. 531-543.
- _____. "Geographies of Money and finance II". In *Progress in Human Geography* Vol. 21, no. 3. 1997, pp. 381-392.
- MARTIN, Ron. "The new economic geography of Money". In MARTIN, Ron (ed.). *Money and the space economy*. New York: John Wiley and Sons. 1999, pp. 3-27.
- MINELLA, Ary. "Reforçando a hegemonia financeira privada". In FERREIRA, Alceu C. (org.). *A Trama da privatização*. Florianópolis: Editora Insular. 2001, pp. 49-72.
- MINELLA, Ary e Alceu C. Ferreira. "Bancos no Brasil: operações de crédito e grupos financeiros". In SZMRECSÁNYI, Tamás et alli (orgs.). *Empresas, empresários e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2008, pp. 79-110.
- MOLS, Niels P. "The internet and the banks' strategic distribution channel decisions". In *International Journal of Bank Marketing* Vol. 17, no. 6. 1999, pp. 295-300.
- O'BRIEN, Richard. *Global financial integration: the end of geography*. New York: The Royal Institute of International Affairs. 1992.
- O'BRIEN, Richard e Alasdair Keith. "The geography of finance: after the storm". In *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* no. 2, 2009, pp. 245-265.
- PIRES, Hindemburgo. "Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado no Brasil". In *Revista Geouerj* No. 2. 1997. pp. 65-79.
- PRENDERGARST, Gerard e Norman Marr. "Towards a branchless banking society?" In *International Journal of Retail & Distribution Management*, vol. 22, no. 2, 1994, pp. 18-26.

- ROBERTS, Richard. *Por dentro das finanças internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.
- ROCHEFORT, Michel. *L'Organisation Urbaine de L'Alsace*. Paris: Éditions Ophrys/Les Belles Lettres, 1960.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora. 1979.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.
- _____. *Por Uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro: Record. 2000.
- SANTOS, Milton e María Laura Silveira. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.
- SASSEN, Saskia. "A cidade global". In LAVINAS, Lena, Liana Carleial e Maria R. Nabuco (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/Hucitec. 1993, pp. 187-202.
- _____. *As Cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel. 1998.
- _____. "The embeddedness of electronic markets: the case of global capital markets". In KNORR-CETINA, Karin e Alex Preda (Eds.). *The Sociology of financial markets*. New York: Oxford University Press. 2005, pp. 17-37.
- SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: Laboplan/FAPESP, 1999.
- _____. "Uma globalização desnecessária, um território instável". In *Ciência Geográfica (Bauru)* Vol. I. no. 21. 2002, pp. 43-46.
- _____. "Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana". In *EURE* Vol. XXXIII, no. 100, 2007, pp. 149-164.
- _____. "Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo". In *Caderno CRH* Vol. 22, no. 55. 2009, pp. 65-76.
- SORRE, Max. "Les capitaux et la région de Mr. Jean Labasse". In *Annales de Géographie* t. 64, no. 346. 1955, pp. 413-420.
- SPÓSITO, Eliseu e Daniel de S. Medeiros. "A territorialização do sistema bancário na metrópole paulista". In *GEOUSP* no. 17, 2005, pp. 121-132.
- TAYLOR, Peter e Eliana C. Rossi. "Gateway cities: círculos bancários, concentración y dispersión en el ambiente urbano brasileiro". In *EURE* Vol. XXXIII, no. 100, 2007, pp. 115-133.
- TÖRNQVIST, Gunnar. "Flows of information and the location of economic activities". In *Geografiska Annaler Series B – Human Geography* Vol. 50, no. 1, 1968, pp. 99-107.

VASCONCELOS, Marcos, E. Strachman e José R. Fucidji. “Liberalização e desregulamentação bancária: motivações, conseqüências e adaptações”. In *Nova Economia* Vol. 13, no. 1, 2003, pp. 101-140.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Structural crises”. In *New Left Review* no. 62. 2010, pp. 133-142.

WARF, Barney. “Telecommunications and the globalization of financial services”. In *The Professional Geographer* Vol. 41, No. 3. 1987. pp. 257-271.

_____. “U.S. Bank failures and regional economic structure”. In *The Professional Geographer* Vol. 47, no. 1. 1995, pp. 3-16.

_____. “International Competition between Satellite and Fiber Optic Carriers: A Geographic Perspective.” In: *The Professional Geographer* Vol 58, no. 2006, pp. 1-11.

ⁱ Jean Labasse já notava, na década de 1970, que alguns territórios funcionavam como “centros de redistribuição” (“*plaques tournantes*”) para migrações de capital ávidas em fugir do controle regulatório dos Estados nacionais; Hong Kong, Luxemburgo, Uruguai e Suíça poderiam ser considerados como “*plaques tournantes*” para estas finanças avessas ao controle tributário/fiscal (LABASSE, 1974, p. 291). Outros lugares, por seu turno, poderiam ser definidos como “paraísos fiscais”, já que diminuíam ainda mais o controle sobre estes fluxos (como seria o caso de Mônaco, Bahamas, Colón – Panamá).

ⁱⁱ Outro fator que determina sua localização, como mostra Peter Dicken (2007, p. 406/407) é a posição em relação às “zonas de tempo” definidas pelo meridiano de Greenwich, já que é interessante para as empresas possuírem a prerrogativa de utilizar diferentes centros *off-shore*, em diferentes zonas de tempo, para o efetivo controle dos negócios *on-line*, 24 horas por dia.

ⁱⁱⁱ Para analisar a evolução recente da importância das capitais dos estados brasileiros, em relação aos fenômenos financeiros, seria ainda bastante interessante avaliar a presença e a dimensão de todos os atores financeiros presentes nas cidades brasileiras, como por exemplo: 1. A quantidade – e dimensão – dos *headquarters* de bancos (comerciais, de investimento, de desenvolvimento etc.) sediados em cada cidade; 2. quantidade e dimensão das cooperativas de crédito sediadas na cidade; 3. quantidade e dimensão das agências de fomento; 4. quantidade e dimensão de empresas de seguro; 5. distribuição das bolsas de comércio e das bolsas de valores pelas capitais.

^{iv} Segundo ainda os autores, “as agências bancárias são as plantas locais onde contatos pessoais com emprestadores são cultivados e a informação (*hard* e *soft*) é coletada, (e assim que) as decisões de empréstimos e de alocação de recursos muda para sedes sociais (*headquarters*) centralizadas, produzem uma especialização espacial das funções financeiras dentro de cada organização bancária. Esta repartição [...] pode aumentar a eficiência do banco, mas pode inadvertidamente afetar a alocação do crédito para firmas locais em economias mais distantes das sedes sociais do banco”(ALESSANDRINI, PRESBITERO e ZAZZARO, 2009, p. 181/182).

^v Os “Pontos de Venda no Comércio” (ou POS) podem ser considerados como uma medida aproximada do uso dos terminais de cartão de crédito/débito, pois estão todos localizados em estabelecimentos comerciais (lojas, supermercados, postos de gasolina etc.) (FEBRABAN, 2010).